Docusign Envelope ID: 93A8CF1C-D259-493F-BC28-47BD6B6FAE19

motiva autoban

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62 - Companhia Aberta

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia ("Motiva AutoBAn" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade por ações controlada pela Motiva S.A. ("Motiva"), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia. A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tietê em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas. As rodovias sob concessão da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 27,4% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pela Secretaria Nacional de Trânsito ("SENATRAN") referente a novembro de 2025. Além disso, o Sistema, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando importante rota de escoamento das exportações brasileiras e instrumento fundamental na economia e na integração dos municípios da região. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui 8 praças de pedágio, 14 bases de atendimento ao usuário, 7 estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 111 câmeras de TV interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 99% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da PMRv, a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias. Durante os últimos 25 anos a Companhia vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 47,40% no índice de acidentes e 35,53% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 82% considerando a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período. O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2025, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou 177.349 atendimentos. Foram realizados 33.361 atendimentos pelos guinchos, 7.874 pelos resgates, 124.492 pelos veículos de inspeção de tráfego e 8.409 por outros veículos (caminhão munck, caminhão pipa e apreensão de animal). Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 9 minutos e 24 segundos, e o guincho, em 16 minutos e 23 segundos (em 85% dos casos). Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão. O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo ("DER/SP"), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão. O Aditivo reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos. Em 2016 houve duas extensões do prazo contratual em razão das seguintes obras: (i) Em 08 de abril, extensão de 3 meses e 15 dias devido ao Complexo Jundiaí, acesso do km 84+600, pista sul da SP-330 e acesso do km 110, pista sul da SP-330; (ii) Em 03 de junho, extensão de 2 dias devido a melhoria do sistema viário de acesso ao Bairro Aparecidinha, junto ao trevo do km 103+860 da SP-330. Assim, a nova data de término passou a ser 17 de abril de 2027. Em 29 de junho de 2021 foi assinado acordo preliminar TAM Preliminar nº 01/2021 junto a ARTESP e ao Governo do Estado de SP, no qual estava previsto a prorrogação do prazo de concessão até janeiro de 2037, em função dos fatores a seguir: encerramento da ação judicial de cancelamento do TAM nº 16/2006 e reequilíbrio dos passivos regulatórios oriundos do TAM nº16/2006; reequilíbrio referente ao TAM nº 25/2011 de substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio IGPM para IPCA; repasse dos reajustes dos anos de 2013 e 2014 e seus efeitos compensatórios até a edição da Resolução SLT 4/18; eventos de desequilíbrios posteriores à celebração do TAM 16/2006. Em 31 de março de 2022 foi celebrado o TAM Coletivo nº 01/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP. Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretratável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037. Com a assinatura do Acordo Definitivo, as partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo. A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, contava com 887 colaboradores diretos. **1.3. Destaques do ano de 2025:** Investimentos: • O principal investimento do período foi direcionado para a recuperação da infraestrutura viária, com destaque para as intervenções no pavimento das rodovias SP-330 e SP-348, totalizando o montante de R$ 777.230. Além disso, foram realizados investimentos na recuperação de Obras de Arte Especiais ao longo do trecho, no valor de R$ 20.479. Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP: • A Companhia distribuiu aos acionistas no exercício R$ 813.246.971 referentes a dividendos e, ao longo do ano de 2025, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA) o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 38.156, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 32.432, deduzidos 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 5.723. Do montante destacado houve o recolhimento integral do IRRF e o pagamento de todo o valor líquido dos destaques ocorridos, além do pagamento do montante de R$ 9.491, referente ao destaque do quarto trimestre de 2024. Principais Reconhecimentos e Prêmios em 2025: • A Motiva Autoban, concessionária responsável pela administração do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, foi eleita a Melhor Concessionária de Rodovias na 23ª edição do Prêmio NTC&Logística - Fornecedores do Transporte. Criado em 1998 pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), o prêmio reconhece empresas que se destacam no fornecimento de produtos e serviços para o Transporte Rodoviário de Cargas (TRC). A categoria Concessionárias de Rodovias valoriza concessionárias que oferecem infraestrutura de qualidade e inovação para o setor. • Outro prêmio importante, "Maiores do Transporte & Melhores do Transporte", também elegeu a Motiva Autoban concessionária do ano. Tradicional evento promovido pelas revistas Transporte Moderno e Technibus, publicadas pela OTM Editora, um dos mais importantes do setor no país. • A Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) foi eleita a terceira melhor rodovia do país segundo o Ranking Nacional da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes. A pesquisa CNT, que é realizada há 30 anos pela Confederação Nacional dos Transportes, avaliou as características e condições dos 114 mil quilômetros de rodovias pavimentadas brasileiras. Os técnicos levaram em consideração o pavimento, a sinalização e a geometria da via. São avaliados itens como condição do asfalto, da sinalização vertical e horizontal, curvas e pontes, por exemplo.

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Mercado: A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões economicamente mais importantes do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado. Inclusa nesta ligação está a cidade de Campinas, que conecta, em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior e áreas adjacentes. As rodovias administradas pela Companhia também exercem importante participação no escoamento de cargas de diversas regiões do Estado para o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	**4.141.501**	**3.807.042**	**8,80%**
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	**4.053.173**	**3.766.221**	**7,60%**
- Receita de Pedágio	3.985.229	3.695.634	7,80%
- Outras Receitas	67.944	70.587	-3,70%
Deduções da Receita Bruta	**(347.905)**	**(328.837)**	**5,80%**
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	**3.705.268**	**3.437.384**	**7,80%**
(+) Receita de Construção	**88.328**	**40.821**	**116,40%**
Custos e Despesas (a)	**(1.325.633)**	**(1.259.561)**	**5,20%**
- Depreciação e Amortização	(434.285)	(403.482)	7,60%
- Custos Contratuais	(112.428)	(107.990)	4,10%
- Serviços de Terceiros	(128.925)	(154.903)	-16,80%
- Custo com Pessoal	(182.088)	(165.230)	10,20%
- Custo de Construção	(88.328)	(40.821)	116,40%
- Provisão de Manutenção	(247.493)	(261.359)	-5,30%
- Materiais, equipamentos e veículos	(25.313)	(26.444)	-4,30%
- Outros custos e gastos gerais	(106.773)	(99.332)	7,50%
EBIT ajustado	**2.467.963**	**2.218.644**	**11,20%**
Margem EBIT ajustada (b)	**66,61%**	**64,54%**	**2,1**
EBIT (c)	**2.467.963**	**2.218.644**	**11,20%**
Margem EBIT	**65,06%**	**63,79%**	**1,3**
(+) Depreciação e amortização	434.285	403.482	7,60%
EBITDA (b)	**2.902.248**	**2.622.126**	**10,70%**
Margem EBITDA	**76,50%**	**75,39%**	**1,1**
(+) Provisão de manutenção (d)	247.493	261.359	-5,30%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	51.595	51.595	0,00%
EBITDA ajustado	**3.201.336**	**2.935.080**	**9,1**
Margem EBITDA ajustada (f)	**86,40%**	**85,39%**	**1**
Resultado Financeiro Líquido	(692.596)	(581.895)	19,00%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	**1.775.367**	**1.636.749**	**8,50%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(574.926)	(523.137)	9,90%
Lucro antes da participação dos minoritários	**1.200.441**	**1.113.612**	**7,80%**
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**1.200.441**	**1.113.612**	**7,80%**
Endividamento bruto (g)	**4.707.275**	**4.659.345**	**1,00%**
Investimentos (caixa)	**922.962**	**427.915**	**115,90%**

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais; (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM n° 156/22; (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras; (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras; (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (g) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e (h) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção. **2.2. Desempenho: 2.2.1. Receita operacional:** A receita de pedágio em 2025 totalizou R$ 3.985.229 e apresentou variação de 7,8% em relação a 2024, influenciada pelo reajuste tarifário, reequilíbrio cautelar concedido pela pandemia de COVID-19, além do aumento do tráfego em geral. **2.2.2. Custo e despesas totais:** Os custos totais apresentaram aumento de 5,2% em relação a 2024, perfazendo R$ 1.325.633 no ano de 2025. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R$ 88.328, representando um aumento de 116,4% em relação a 2024, em decorrência da maior concentração de obras em 2025, com destaque para as faixas adicionais das rodovias SP-330 e SP-348, nos trechos do km 21 ao 22 e 47 ao 50, respectivamente, ambos nas pistas sentido norte, além das obras de implantação de caixas de produtos perigosos em ambas as rodovias e obras de desassoreamento no km 91 da SP-330. • Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R$ 434.285 no ano de 2025, representando um aumento de 7,6% em relação a 2024. • Os custos contratuais, que incluem a apropriação de despesas antecipadas, atingiram R$ 112.428 no ano de 2025 apresentando um aumento de 4,1% em relação a 2024, devido principalmente do aumento da outorga variável, decorrente do crescimento da receita. • Os gastos com pessoal totalizaram R$ 182.088 no ano de 2025, um aumento de 10,2% especialmente devido ao aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados. • Os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 128.925 no ano de 2025, uma diminuição de 16,8% devido principalmente a transferência do escopo de pavimento para provisão de manutenção em 2025 e a ajustes nas equipes que prestam serviços de conservação de rotina, visando a otimização dos trabalhos. • Os custos e despesas com materiais, equipamentos e veículos totalizaram R$ 25.313 no ano de 2025, uma diminuição de 4,3%, principalmente em decorrência da menor demanda por manutenção e combustível dos veículos da operação, além da menor necessidade de troca de uniformes devido ao menor quantitativo de pessoal. • Outros custos e despesas com gastos gerais totalizaram R$ 106.773 no ano de 2025, representando um aumento de 7,5%, substancialmente devido ao aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados. Adicionalmente, houve aumento no volume de ressarcimentos aos usuários por acordo, visando a diminuição de processos judiciais. **2.2.3. Resultado financeiro:** No ano de 2025, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R$ 692.596, comparado a um resultado negativo de R$ 581.895, em 2024. A piora ocorreu devido, principalmente, a três fatores: (i) aumento dos juros dos financiamentos em decorrência do maior volume total da dívida da Companhia entre os meses de agosto a dezembro de 2025, tendo em vista que a liquidação da 14ª Emissão foi feita em duas etapas, além do maior CDI no período, (ii) resultado negativo do hedge da Série Incentivada da 16ª Emissão de Debêntures, e (iii) contabilização das comissões da 16ª Emissão de Debêntures e do prêmio aos debenturistas pela liquidação antecipada da 14ªEmissão de Debêntures, ambos em 2025. A receita financeira teve desempenho superior, compensado em parte o pior resultado financeiro, devido a aplicação do saldo de caixa da 16ª Emissão de Debêntures, além de o saldo de caixa médio ter sido maior naquele ano. **2.2.4. Lucro líquido:** Em 2025, o lucro líquido atingiu R$ 1.200.441, apresentando aumento de 7,8% em relação a 2024. A variação tem como principal influência o melhor resultado operacional. **2.2.5. Endividamento bruto:** Em 2025, a dívida bruta totalizou R$ 4.707.275, em moeda local, representando um aumento de 1,0% em relação a 2024 (R$ 4.659.345), sendo 96,4% do montante com vencimento em longo prazo. **2.2.6. Investimentos:** No acumulado do ano de 2025, os investimentos somaram R$ 922.962, apresentando aumento de 115,7% em relação a 2024 (R$ 427.915). A variação foi causada substancialmente pelas recuperações de pontes nas rodovias SP-348 e SP-330.

3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa: *Conselho de Administração*: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. *Diretoria Executiva:* Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, um Diretor-Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Rodrigo Monteiro. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.rodovias.motiva.com.br/autoban/. O Sr. Rodrigo Monteiro pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail rodrigo.fmonteiro@motiva.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. **3.2 Gestão de Pessoas:** A Motiva acredita no potencial humano como força propulsora para inovação, transformação e competitividade. Essa convicção orienta uma cultura organizacional colaborativa, transparente e orientada a resultados, capaz de mobilizar equipes para superar desafios e gerar impacto positivo e sustentável nas comunidades onde atuamos. Fundamentada nesse propósito, a companhia estruturou uma política de gestão de Pessoas focada na excelência em Atração, Desenvolvimento, Engajamento e Retenção de Talentos, promovendo ambientes que estimulam o aprendizado contínuo, o protagonismo, a diversidade e a construção conjunta de soluções. Nosso compromisso é oferecer as condições necessárias para o crescimento dos profissionais, sempre com ética, responsabilidade, segurança e respeito às individualidades. A gestão do capital humano está alinhada às diretrizes estratégicas do Conselho de Administração, com acompanhamento do Comitê de Pessoas, garantindo coerência, governança e rigor na execução das práticas da área de Pessoas. O desenvolvimento das nossas pessoas é parte central da estratégia da Motiva e exige investimentos permanentes em múltiplas frentes, desde a atração e retenção de profissionais qualificados, passando por políticas competitivas de remuneração e benefícios, até sistemas robustos de saúde e segurança, além de programas abrangentes de formação técnica e desenvolvimento de lideranças. Na Motiva, acreditamos que pessoas bem cuidadas, preparadas e engajadas são essenciais para entregar infraestrutura de qualidade, impulsionar o crescimento do setor e ampliar o valor gerado para toda a sociedade.

4. ESG: A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Indice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade [GE1.1], reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.1 Iniciativas Voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, *GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative* (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.2 Instituto Motiva:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 82 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. Saiba mais em www.motiva.com.br/instituto/.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2 Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM 162/22 a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 080/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Jundiaí, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**1.012.410**	**754.908**
Caixa e equivalentes de caixa	6	386.218	377.368
Aplicações financeiras	6	231.110	10.790
Contas a receber das operações	7	311.971	285.340
Contas a receber de partes relacionadas	10	466	1.019
Tributos a recuperar		16.863	13.700
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	51.595	51.595
Adiantamentos a fornecedores		-	60
Despesas antecipadas e outros créditos		14.187	15.036
Não circulante		**6.444.549**	**6.733.743**
Realizável a longo prazo			
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	567.543	619.138
Contas a receber das operações	7	21.885	25.468
Contas a receber de operações com derivativos	19.2	16.616	-
Tributos a recuperar		1.472	1.398
Depósitos judiciais		1.221	1.268
Despesas antecipadas e outros créditos		820	346
Imobilizado	11	173.233	150.666
Intangível	12	5.588.605	5.886.496
Infraestrutura em construção	12	67.972	48.046
Direito de uso de arrendamento		5.182	917
Total do ativo		**7.456.959**	**7.488.651**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**545.212**	**773.107**
Debêntures	13	205.114	23.019
Fornecedores		61.129	88.051
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	12.854	9.767
Imposto de renda e contribuição social		149.997	133.954
Impostos e contribuições a recolher		51.865	40.749
ISS a recolher		18.160	17.204
Obrigações sociais e trabalhistas		17.550	15.023
Obrigações com o Poder Concedente		5.198	4.669
Provisão de manutenção	15	1.479	420.588
Passivo de arrendamento		3.123	439
Passivo de contrato		5.147	3.953
Outras obrigações		13.596	15.691
Não circulante		**6.037.284**	**6.180.738**
Debêntures	13	4.502.161	4.636.326
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	30.683	31.925
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.452.507	1.394.305
Provisão de manutenção	15	566	82.331
Fornecedores		31.679	13.719
Passivo de arrendamento		2.187	540
Passivo de contrato		17.334	19.867
Outras obrigações		167	1.725
Patrimônio líquido	16	**874.463**	**534.806**
Capital social		246.750	246.750
Reserva de capital		163	52
Reservas de lucros		246.750	246.750
Dividendo adicional proposto		380.800	41.254
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.456.959**	**7.488.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital – Plano de incentivo de longo prazo	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**246.750**	**-**	**49.350**	**156.358**	**-**	**-**	**452.458**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.113.612	1.113.612
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	52	-	-	-	-	52
Distribuição de dividendos em 24 de abril de 2024		-	-	-	(156.358)	-	-	(156.358)
Destinações:								
Juros sobre capital próprio em 21 de março de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Juros sobre capital próprio em 21 de março de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(8.189)	(8.189)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(1.445)	(1.445)
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(12.111)	(12.111)
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(2.137)	(2.137)
Juros sobre capital próprio em 11 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(17.107)	(17.107)
Juros sobre capital próprio em 11 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(3.019)	(3.019)
Distribuição de dividendos intermediarios em 21 de novembro de 2024		-	-	-	-	-	(823.776)	(823.776)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	41.254	(41.254)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	197.400	-	(197

Docusign Envelope ID: 93A8CF1C-D259-493F-BC28-47BD6B6FAE19

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

continuação

mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.14. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.16. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.17. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.18. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.19. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.20. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.21. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 10, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 13 e 19. As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	568.707	578.101	581.657	1.573.319	4.637.139
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	12.854	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	74.725	31.846	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	7.013	10.932
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	379.205	366.436
Total	**386.218**	**377.368**

Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Circulante	**231.110**	**10.790**
Aplicações financeiras (a)	231.110	10.363
Conta reserva	-	427
Total	**231.110**	**10.790**

As aplicações financeiras foram remuneradas, a taxa média de 101,37% do CDI, equivalente a 14,51% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (104,48% do CDI, equivalente a 11,36% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas	**2025**	**2024**
Circulante	**311.971**	**285.340**
Contas a receber das operações (a)	312.345	286.070
Provisão para perda esperada (b)	(374)	(730)
Não circulante	**21.885**	**25.468**
Contas a receber das operações (a)	21.885	25.468
Total	**333.856**	**310.808**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). **7.2. *Aging* do contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	**2025**	**2024**
Créditos a vencer	333.709	310.719
Créditos vencidos até 60 dias	126	82
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	21	7
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	119	43
Créditos vencidos há mais 180 dias	255	687
Total	**334.230**	**311.538**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	**2025**	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.775.367**	**1.636.749**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(603.625)**	**(556.495)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(5.778)	(6.202)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(598)	(374)
Incentivo relativo ao imposto de renda	18.812	20.743
Juros sobre o capital próprio	16.200	17.402
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	34	177
Outros ajustes tributários	29	1.612
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(574.926)**	**(523.137)**
Impostos correntes	(516.724)	(620.207)
Impostos diferidos	(58.202)	97.070
Alíquota efetiva de impostos	**32,38%**	**31,96%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	**2025**	**2024**
Ativo	**43.110**	**200.366**
Provisão de manutenção	695	170.992
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	10.432	10.855
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	12.663	9.045
Provisão para participação nos resultados (PLR)	7.470	6.630
Programa de gratificação de longo prazo	4.481	2.374
Provisão para perda esperada - contas a receber	127	248
Provisão para fornecedores	112	197
Variação cambial	3	-
Resultado de operações com derivativos	7.072	-
Valor Justo	11	-
Arrendamento	44	25
Compensação de imposto ativo	**(43.110)**	**(200.366)**
Impostos ativos após compensação	**-**	**-**
Passivo	**(1.495.617)**	**(1.594.671)**
Receita de reequilíbrio (a)	(1.414.798)	(1.518.320)
Capitalização de custos dos empréstimos	(51.381)	(41.826)
Diferenças temporárias Lei n.º 12.973/2014 (b)	(24.980)	(27.061)
Custo de transação de debêntures	(3.019)	(6.456)
Ajuste a valor presente	(1.439)	(1.008)
Compensação de imposto passivo	**43.110**	**200.366**
Impostos passivos após compensação	**(1.452.507)**	**(1.394.305)**
Imposto diferido líquido	**(1.452.507)**	**(1.394.305)**

Movimentação do imposto diferido	**2025**	**2024**
Saldos em 1º de janeiro	**(1.394.305)**	**(1.491.375)**
Reconhecimento no resultado	(58.202)	97.070
Saldos em 31 de dezembro	**(1.452.507)**	**(1.394.305)**

(a) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Saldos a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Outorga fixa	51.595	51.595	580.442	619.138	51.595	51.595
Total	**51.595**	**51.595**	**580.442**	**619.138**	**51.595**	**51.595**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025			2024		
Saldos	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**292**	**308.126**	**308.418**	**817**	**343.138**	**343.955**
Aplicações financeiras	-	304.867	**304.867**	-	339.231	**339.231**
Bancos conta movimento	-	3.072	**3.072**	-	3.638	**3.638**
Contas a receber	292	174	**466**	817	202	**1.019**
Outros créditos	-	13	**13**	-	67	**67**
Passivo	**12.659**	**195**	**12.854**	**9.604**	**47.293**	**56.897**
Debêntures	-	-	**-**	-	47.130	**47.130**
Fornecedores e contas a pagar	12.659	195	**12.854**	9.604	163	**9.767**

	2025			2024		
Transações	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	**-**	-	(219)	**(219)**
Custos/despesas/ressarcimento de infraestrutura utilizada	1.613	(3)	**1.610**	1.967	(31)	**1.936**
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(596)	**(596)**	-	(547)	**(547)**
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(326)	**(326)**	-	(131)	**(131)**
Custos/despesas - seguros	-	(687)	**(687)**	-	-	**-**
Custos/despesas - doações	-	(8.322)	**(8.322)**	-	(7.831)	**(7.831)**
Custos/despesas - benefício a colaboradores	-	(10.706)	**(10.706)**	-	(10.718)	**(10.718)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(143)	**(143)**	-	(214)	**(214)**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(4.058)	**(4.058)**	-	(909)	**(909)**
Receita de venda de ativo imobilizado	-	73	**73**	35	150	**185**
Receitas de aplicações financeiras	-	41.742	**41.742**	-	27.865	**27.865**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	-	**-**	-	897	**897**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	1.363	-	**1.363**	1.896	699	**2.595**
Repasse de custos e despesas - Oficina de Placas	-	2.610	**2.610**	-	2.019	**2.019**
Repasse de custos e despesas - CSC	(140.778)	-	**(140.778)**	(131.240)	-	**(131.240)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	182	317	**499**	(153)	(266)	**(419)**
Imobilizado/Intangível	-	(233)	**(233)**	-	-	**-**

10.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2025	**2024**
Remuneração (a) (b)	**1.572**	**178**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**968**	**-**
Outros benefícios:	**604**	**178**
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	600	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	178
Seguro de vida	3	-
Previdência privada	1	-

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de março de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2025	**2024**
Remuneração dos administradores (a)	693	-

(a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 23.831, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

**11. Ativo imobilizado e imobilizações em

Docusign Envelope ID: 93A8CF1C-D259-493F-BC28-47BD6B6FAE19

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

continuação

indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	2.631.949	3.044.183

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(4.659.345)**	**(979)**	**-**	**(4.660.324)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**709.601**	**1.355**	**853.748**	**1.564.704**
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.494.883)	-	-	(2.494.883)
Pagamentos de principal	2.650.000	1.355	-	2.651.355
Pagamentos de juros	554.484	-	-	554.484
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	853.748	853.748
Outras variações que não afetam caixa	**(757.531)**	**(5.686)**	**(853.748)**	**(1.616.965)**
Despesas com juros e variação monetária	(720.081)	-	-	(720.081)
Adições de contratos de arrendamento	-	(5.474)	-	(5.474)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(853.748)	(853.748)
Valor justo sobre debêntures	(37.450)	-	-	(37.450)
Ajuste a valor presente	-	(212)	-	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(4.707.275)**	**(5.310)**	**-**	**(4.712.585)**

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Josiane Carvalho de Almeida - Membro Efetivo
Waldo Edwin Perez Leskovar - Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Rodrigo Fernandes Monteiro - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Guilherme Motta Gomes - Diretor
Fausto Camilotti - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - Jundiaí - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accouting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos com ativos de concessão (Notas explicativas nºs 3.2, 3.7, 3.15 e 12): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como o ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões; • testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação; • avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e • Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-028.281/O-4 F SP
Élica Daniela da Silva Martins Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa JORNAL DE JUNDIAÍ REGIONAL em seu site de notícias.

DocuSigned by
Jornal de Jundiaí
Assinado por: LAUDA EDITORA CONSULTORIAS E COMUNICACOES LTDA:73137838000103
CPF: 02493605861
Data/Hora da Assinatura: 31/07/2024 21:26:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Jundiai, S: SP, C: BR
Emissor: AC SINCOR RFB G5
59D71660504D46A...